

TEM LEI? PASSA POR CIMA

A frase é do professor Ricardo Antunes, que atribui a dificuldade em garantir a aplicação das leis pelas empresas e a pouca ação da fiscalização à evolução tecnológica apropriada pelo capital. Uma situação que levou a um aumento persistente no número de acidentes e das mortes no trabalho, segundo o secretário geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região (Sindimetal), Gilberto Almazan, que participou da mesa Saúde do Trabalhador: expressão do conflito capital versus trabalho, mediada por Eduardo Bonfim, especialista em saúde do trabalhador e coordenador técnico do Diesat. O Sindicato de Gilberto acompanhou os casos de acidentes graves e fatais de que tiveram conhecimento e que foram alvo de auditoria fiscal. As informações levantadas nesse estudo é a base para a campanha *Basta*, lançada agora, em agosto, um ano depois.

Foram 105 acidentes graves e fatais ocorridos entre 2008 e 2018, 20% deles com morte de pessoas com idade média de 38 anos e em sua maioria, homens (92,4%). Quase metade dos acidentes (44,8%) aconteceram durante o trabalho em máquinas sem proteção, e atingiram braços, dedos e mãos dos trabalhadores,



Professor Ricardo Antunes

que tinham em média, 36 anos, levando a amputações em 31,4% dos casos. O Sindicato acompanhou 94 casos de acidentes graves, 19 com mortes. Nestes casos, é obrigatório registrar um Boletim de Ocorrência na delegacia, o que foi feito, mas todos sem exceções, foram arquivados sem inquérito. Para a polícia, ninguém teve culpa.

Gilberto reclama que o então Ministério do Trabalho (MT) enfraqueceu as fiscalizações por meio da criação de programas para investigações específicas, e não olham o ambiente como um todo. “De 2000 para cá foi completamente destruída (as ações fiscalizatórias), principal-

mente depois de 2010. No MT começaram a colocar metas para os auditores e estipular programas de fiscalização para crimes específicos. Olhar a produção, a organização, porque que os problemas acontecem não é mais possível”, diz. A lei 13.844/19, que transformou o MT em uma secretaria especial do Ministério da Economia, dissolveu a autonomia dos auditores fiscais do trabalho e aprofundou o esvaziamento da atividade. O sindicalista reclama ainda das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas): “Em geral, assume a versão da empresa, que culpa a vítima em pelo menos 90 dos 94 casos que a gente acompanhou”, reclama.

RAPOSA CUIDANDO DO GALINHEIRO

Dar às infratoras a responsabilidade de informar o Estado sobre as condições de segurança da sua atividade e ainda gerir os danos tornou-se praticamente uma política de Estado no Brasil e apareceu também na mesa Crimes ampliados: Samarco, Vale e cidade de Barcarena, expressões dramáticas recentes da ganância do capital e da falácia da gestão como solução, mediada por Cristiane Queiroz Barbeiro Lima, química, ergonomista,



Advogados Tchena Maso e Maximiliano Garcez

pesquisadora aposentada da Fundacento. Os convidados trouxeram detalhes a respeito de três grandes tragédias da mineração brasileira provocadas em parte, pela falta de fiscalização, ou fraude nos laudos. No caso do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho em janeiro de 2019, que matou 270 pessoas e deixou outras 11 até hoje desaparecidas, investigação posterior comprovou a existência de laudos que informavam os riscos presentes nas estruturas, desconsiderados pela empresa.

Essa situação de risco das barragens também jamais foi registrada no cadastro mantido pela Agência Nacional de Águas (Ana), que desde a implantação da reforma de Estado promovida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, é responsável por monitorar a segurança dessas estruturas. O cadastro, alimentado pelas empresas, orienta a fiscalização, que é responsabilidade do antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), transformado em Agência Nacional de Mineração (ANM) pelo governo Bolsonaro. O procurador Geraldo Emediato de Souza, coordenador do grupo especial de atuação finalística do Ministério Público do Trabalho, contou que em Mi-

nas Gerais, onde existem 790 barragens, o DNPM dispõe de apenas três fiscais. “O MT (fiscaliza) muito menos, não tem recursos e agora não tem nem ministério. Na época em que a Terra era redonda, a fiscalização já não existia, agora que ela é plana, não temos a mínima chance de resolver essa questão”, afirma.

O resultado desse cenário é o abandono da população diante do poder desproporcionalmente maior das corporações. Maximiliano Nagl Garcez, advogado dos sindicatos de mineiros e que atua na defesa dos trabalhadores na mina de Brumadinho, reclama da frieza dos representantes da Vale, que não se sensibilizam nem mesmo diante de 270 mortos. “Continua praticando assédio às famílias. Há casos de acordos em que advogados receberam mais do que as próprias famílias. Os va-

lores pagos são absolutamente irrisórios. Esses R\$ 300 mil que a Vale pagou a algumas famílias... o que pedimos na ação do Sindicato eram R\$ 10 milhões por família. Isso significa uma hora e vinte minutos de lucro da Vale durante o período da tragédia”, compara. Max, como o advogado é conhecido, conta que no quarto trimestre de 2018, a Vale teve um lucro de US\$ 3,7 bilhões. Ele faz as contas: os R\$ 320 mil pagos a cada família é equivalente ao lucro obtido pela mineradora em dois minutos e trinta segundos de operação.

ASSÉDIO

O relato de Tchena Maso, advogada, membro da coordenação do Movimento de Atingidos por Barragem (MAB), sobre sua atuação em Mariana onde também houve um rompimento de barragem da Vale, explica como isso ocorre. Ela conta que os representantes das empresas começaram as negociações – em realidade, o assédio a que se refere Max – com os atingidos logo nos primeiros dias depois da tragédia, quando todos estavam mais preocupados em se curar, reorganizar minimamente o cotidiano e principalmente, descobrir o tamanho da tragédia. Em março, menos de três meses depois, foi assinado um acordo entre o governo federal, as empresas e os órgãos ambientais, um grande pacto com 42 programas sociais e ambientais voltados para reparação da Bacia do Rio Doce e de seus 228 Municípios. “É esse acordo que cria a Fundação Renova, na nossa leitura um grande anteparo jurídico para evitar o confronto direto”, conta a advogada.

A Renova, criada com capital das mineradoras responsáveis pela barragem

rompida, intermedia conflitos e negocia os pagamentos de indenizações e o financiamento de obras de reparo. E são muitos os conflitos, nascidos em parte da dependência econômica das regiões de mineração do país, que Tchena chama de “regiões minério-dependentes”, onde vários municípios terminam com suas finanças atreladas à economia da mineração. “Nos primeiros momentos ali em Mariana, tivemos muita dificuldade de estabelecer um diálogo, por que os trabalhadores queriam a volta da Samarco-Vale, mas os atingidos têm medo que a Samarco volte a operar e que aconteça um novo rompimento”, diz.

O procurador Geraldo dá a dimensão do problema: “Mariana está parada (em agosto de 2019). Todos desejam que a Samarco-Vale volte a operar e a gerar empregos. Ela tinha 2.936 empregados próprios, 2.756 empregados temporários. Após pouco mais de quatro anos, dois terços dessa mão de obra foi dispensada”, diz, e lamenta os valores acordados. “O Sindicato aderiu a um Plano de Demissão Voluntária que resultou em inde-

nizações pífias. Impugnei o acordo e a juíza homologou. Quantas famílias ficaram sem emprego e receberam indenizações de sete salários anuais? Essa foi a indenização que os trabalhadores receberam. A comunidade (ainda) espera reparações, que não vêm porque a própria infratora criou uma Fundação, a Renova, para gerir as suas indenizações”, diz.

A lama derramada neste acidente destruiu completamente a comunidade de Bento Gonçalves, escorreu pelo córrego do Feijão até o Rio Doce e por ele, chegou até o mar e atingiu Abrolhos, uma pérola ambiental do Litoral brasileiro. No acordão, a Samarco-Vale reconhece como atingidos apenas aqueles que a lama atingiu diretamente – os 228 municípios da Bacia do Rio Doce, que tem as águas envenenadas e inertes até hoje, ficaram de fora. Há ainda os afetados pela passagem do trem com o minério, carregado em vagões abertos e sem proteção, que cobrem todo o percurso com poeira cinza, metálica e tóxica.

Tchena aponta a inoperância da Renova, que em mais de três anos de tra-

balho não tinha conseguido concluir o cadastro, uma etapa básica. “Hoje tem 90 mil pedidos de atingidos para serem cadastrados, esperando uma resposta. Eles imaginavam no primeiro momento, que seriam 10 mil pessoas atingidas”, conta. Segundo os cálculos do MAB esse número na verdade, chega a um milhão na Bacia do Rio Doce e no Litoral capixaba, área incluída como também afetada graças à pressão das comunidades.

Hoje o cenário na zona do Alto Rio Doce, onde a lama atingiu diretamente as casas, é de desesperança. Tchena conta que passados quatro anos, nem uma única casa havia sido reconstruída e que o reassentamento feito até então, da comunidade de Bento Rodrigues, ficou numa área ao lado do lixão de Mariana, contra a vontade dos moradores. Na área onde antes ficava a cidade, que eles pretendiam preservar e transformar em um memorial, foi construída uma nova área para descarga de rejeitos e assim, à desesperança se soma a angústia. Há também insegurança com relação aos auxílios, com ameaças de suspensão, e ao cadastro



Gilberto Almazan e Francisco Antonio de Castro Lacaz



BENTO RODRIGUES: Famílias ainda esperam pela reconstrução de suas casas



MESA CRIMES AMPLIADOS: SAMARCO, VALE E CIDADE DE BARCARENA, EXPRESSÕES DRAMÁTICAS RECENTES DA GANÂNCIA DO CAPITAL E DA FALÁCIA DA GESTÃO COMO SOLUÇÃO: Marcelo Chalreo, da OAB-RJ, procurador Geraldo Emediato de Souza, Cristiane Queiroz Barbeiro Lima, mediadora, Tchenna Maso, do MAB e o advogado Maximiliano Garcez

dos atingidos, que ainda não incluiu todas as vítimas.

TUDO CONTAMINADO

Esse roteiro é comum em todos os desastres da mineração, mas no Pará, nas margens do rio que irá formar um dos braços do Delta da Ilha de Marajó, bem distante das lentes da mídia, os cidadãos vivem um cotidiano de terror. O advogado Marcelo Chalreo, presidente da Comissão de Direitos Sociais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio de Janeiro, diz que em Barcarena, onde está o grande complexo de exploração de bauxita e caulim, as águas e a população das comunidades ribeirinhas sofrem desde o início dos anos 2000 com vazamentos e transbordos sistemáticos durante as chuvas de verão. A partir de 2004, depois de um vazamento nas bacias de rejeitos de caulim pela Imerys em dois igarapés do rio Pará, eles deram início a uma difícil batalha, para obter o reconhecimento formal das contaminações das águas e das pessoas e que envolve todas as empresas com atividade minerária no polo.

Em 2007 outro transbordamento da Emerys, que dessa vez despejou mais de 200 mil metros cúbicos de rejeitos nos mesmos igarapés, iria fazer a batalha evoluir para uma guerra de laudos entre duas instituições, financiada pelas mineradoras – o Instituto Evandro Chagas (IEC), contratado pela empresa por R\$ 4 milhões para fazer os laudos como manda a legislação ambiental no Brasil; e o Laquanam, Laboratório de Química Analítica e Ambiental da Universidade Federal do Pará (UFPA), acionado pelo Ministério

Público. Em 2011, depois de uma demora de mais de três anos, os pesquisadores do IEC apresentaram um laudo comprovando a ausência de metais pesados nas águas do rio, com tabelas rasuradas e ilegíveis. O Ministério Público então, determinou que o Laquanam refizesse o estudo. “A cidade de Barcarena tem 120 mil habitantes, 40 mil aproximadamente vivem próximos do rio Pará. A professora (da UFPA) que fez os estudos estima (a partir do exame de fios de cabelo), que 80% estão com a saúde comprometida por contaminação de metais. Um técnico avalia que, se toda a produção envolvendo bauxita e caulim da região parar hoje e a população for evacuada, levará de 50 a 100 anos para que a biota daquela região se recupere”, disse Marcelo.

Depois do desconforto provocado pela descoberta da fraude no laudo inicial, a contaminação das águas foi reconhecida pelos órgãos do governo, mas as mineradoras (Emerys e Hidro Alunorte) se negam a assumir a responsabilidade pela contaminação, apresentando laudos que ligam os aterros sanitários (com esgoto doméstico) e o uso de agrotóxicos nas plantações como origem dos metais encontrados no rio pelo estudo da UFPA.

Com o resultado positivo para metais da análise do cabelo, os ribeirinhos conseguiram que a secretaria de Saúde fizesse exames de sangue, necessários para confirmar a extensão dessa contaminação e embasar tanto os tratamentos de saúde quanto as indenizações. Os resultados, no entanto, estão até hoje parados na Secretaria de Saúde: sem um médico toxicolo-

gista capaz de avaliar e acompanhar os casos, a população se nega a receber-los. Esses laudos também são contestados pelas empresas, novamente por meio da apresentação de “contra-laudos” feitos sob encomenda e a seu soldo.

Depois do episódio com o laudo que ficaria conhecido na região como “laudo tarja-preta”, as empresas deixaram de contratar o IEC e passaram a procurar outras instituições, algumas com sede em outro Estado. Os pesquisadores do IEC agora admitem a contaminação grave do ambiente e das pessoas, mas não conseguiram publicar seus resultados sobre o assunto no país. Foi publicado apenas um artigo numa revista internacional, mediante um pagamento de pouco mais de R\$ 7 mil, com os resultados dos exames de sangue. Os pesquisadores do Laquanam, que acompanham o problema desde pelo menos 2007, denunciam que o polo envenenou com metais toda a água que banha o Delta. Um escândalo internacional, se tudo isso não estivesse acontecendo nos confins da floresta amazônica, longe das lentes da mídia. ■



Marcelo Chalreo e Geraldo Emediato de Souza

Barcarena

A lista de desastres ambientais da região de Barcarena, feita durante os trabalhos de uma comissão parlamentar de inquérito instalada na Câmara federal para apurar as condições de exploração de bauxita em Barcarena em 2018, tem 26 ocorrências, envolvendo não apenas, mas principalmente, o despejo ilegal ou acidental de rejeitos da mineração.



Transbordo de rejeitos em Barcarena

2000

Naufrágio da balsa Miss Rondônia, com derramamento de 2 milhões de litros de óleo BPF no rio Pará

2002

Derramamento de coque (carvão mineral) no rio Pará durante o descarregamento, deixou uma mancha negra com dois quilômetros de extensão

2003

Dois vazamentos (abril e maio) de lama vermelha das bacias de rejeitos da Alunorte no rio Murucupi. Provocou o que os ribeirinhos chamam de “maré vermelha” e a mortandade de peixes.

2003

Chuva de fuligem em Vila do Conde, onde praias, rios, residências e estabelecimentos comerciais foram cobertos com camada preta com 5 centímetros, provocando reações alérgicas e complicações respiratórias.

2003

Tanque de soda cáustica da Alunorte estoura, contaminando o Rio Pará.

2004

Vazamento de caulim da bacia de rejeitos da Imerys contaminou os igarapés Curuperé e Dendê.

2004

Contaminação de praias, rios e meio ambiente pela fuligem da Alunorte.

2005

Nova contaminação por soda cáustica da Alunorte no Rio Pará.

2006

“Floração de Algas” no Igarapé Mucuraça e praia do Caripi.

2010

Duto da Imerys rompeu e derramou águas ácidas nos igarapés Curuperé e Dendê.

2011

Fissura no duto de transportes provocou vazamento de caulim entre o porto e a planta da Imerys por cerca de vinte e quatro horas e contaminou o rio Maricá.

2012

Vazamento de rejeitos da bacia da Imerys contaminou curso d’água e lençol freático na área do bairro industrial.

2014

Vazamento de caulim da bacia de rejeito da Imerys contaminou os igarapés Curuperé e Dendê.

2015

Despejo de soja e fezes de bois da fazenda da Bunge no rio Arrozal, na região do porto da Vila do Conde

2015

Naufrágio do navio Haidar, no porto da Vila do Conde, com 5 mil bois vivos e 700 toneladas de óleo contaminou as praias da Vila do Conde e de Beja em Abaetetuba, que foram interditadas, com graves consequências aos moradores. Os restos dos bois permaneciam nas águas até novembro de 2018

2016

Contaminação das praias por metal pesado e resíduos de esgotamento urbano no rio Pará e igarapé Dendê.

2016

Vazamento de caulim da bacia de rejeitos da Imerys contaminou as águas do rio das Cobras e dos igarapés do Curuperé, Dendê e São João, além da praia de Vila do Conde.

2016

Naufrágio do rebocador Ciclope.

2018

Vazamento da Bacia de Rejeitos da empresa Hydro contaminou mananciais e rios e colocou em risco os moradores.

HORA DA VERDADE

"Quando você falou que começou esse filme? Em 2017, né? Eu estava trabalhando na finalização e arrumação do meu livro, Privilégio da Servidão e em algum momento acho que digo isso, que a ideia da uberização era uma aposta. Hoje não. A Inglaterra está propondo isso, a prefeitura de Ribeirão Preto propôs o uber-professor. Professor delivery. E os professores responderam sim. É uma tendência. É muito violenta. Por quê?

Por que tem tanta tragédia?"

A chegada da pandemia nesse cenário de "uberização" do trabalho deflagrou uma espécie de hora da verdade para muitas das teses que sociólogos, médicos, juristas e sindicalistas usam como base das reivindicações, principalmente com relação à segurança e à saúde do trabalhador. Em seis meses de pandemia, as primeiras descobertas deixam mais evidente esse cenário de violência e tragédia a que se referiu o sociólogo Ricardo Antunes, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) na abertura de sua fala.

Ricardo diz que o desmonte das leis e sistemas de proteção ao trabalhador é

parte das consequências de uma "contrarrevolução burguesa" em curso no mundo, que desfavorece grupos sociais mais dependentes do apoio das políticas de bem estar social. As benesses da tecnologia, segundo a análise do professor, não estão ao alcance dos mais desfavorecidos, exclui também países marginais como o Brasil e essa exclusão aparece claramente na intensidade nos impactos da covid-19 nas favelas do país. Vivendo na informalidade profissional, em moradias insalubres e com pouco acesso a serviços de energia elétrica, água e comunicação, 67% dos moradores enfrentaram a fome e a privação de alimentos e 56% o desemprego, segundo um monitoramento feito

pela Rede de Políticas Públicas e Sociedade, formada por mais de 70 pesquisadores de várias instituições que trabalham de forma voluntária.

Entre os negros e pardos o sofrimento é ainda maior: segundo estudo feito sob encomenda da Central Única das Favelas (Cufa) pelo Instituto de Pesquisa Locomotiva, esse grupo que representa 56% da população do país têm mais dificuldades para se adaptar ao cotidiano em isolamento social: apenas um terço (38% parda; 34% preta) tem computador em casa para trabalhar ou acompanhar as aulas à distância com um mínimo de eficiência; e menos acesso aos serviços de saúde: entre os 23% da população com al-



Mundo Informacional

Ricardo Antunes

"Estamos vivendo particularmente desde 1973, uma intensa expansão tecnológico digital. Se 1973 foi a era da microeletrônica, agora estamos entrando no mundo informacional digital. Estamos presenciando, já em curso a indústria 4.0, cujas consequências sociais serão muito mais profundas. A expansão digital, informacional digital, entrou em todas as áreas. Você vai numa agroindústria, você depende do trabalho digital em muitos dos seus setores. É uma simbiose complexa que articula mundo digital, o mais avançado, com o mundo mais brutal do trabalho manual. Aliás, o próprio celular é a expressão espetacular disso. Põe o celular aqui. Para que esse celular? Apple 200 e não sei o que, modelo 10, AS20, não importa. Há uma coisa sem a qual, nenhum desses celulares são produzidos, esses smartphones. Qual é? É o trabalho, a exploração do trabalho mineral; A exploração brutal das minas."

do trabalho para todos: repercussões na vida das pessoas, que teve a mediação do jornalista João Fellet, repórter da BBC News Brasil. Com mais da metade da sua população economicamente ativa fora da força de trabalho segundo os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil oferece condições excelentes para a expansão dessa indústria 4.0 apresentada no documentário.

As taxas de mortalidade da doença são 97% maiores nos hospitais públicos do que em unidades privadas segundo dados do projeto UTIs Brasileiras, produzido pela Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib).

O filme a que Ricardo se referiu é o documentário GIG – Uberização do Trabalho, dirigido pelo jornalista Carlos Juliano Barros, o Caju, exibido na abertura da roda de conversa Uberização no mundo

da empresa 4.0 a ideia de que o capitalismo pode levar a uma espoliação e exploração do trabalho em um plano muito profundo, sem ter a figura do patrão. "A persona, a personificação do capital desaparece. E é Global", continua.

Ricardo explica que, numa empresa flexível, enxuta, desregulamentada, com alto potencial tecnológico, o trabalho é custo, que tende a cair na mesma medida em que aumenta o número de desempregados, um "imenso exército sobrante", criado pelo neoliberalismo segundo Luci Praun, que também participou da roda. Socióloga e professora na Universidade Federal do Acre, Luci faz parte do grupo de pesquisa Mundo do Trabalho, da Unicamp, onde estuda as transformações na organização do trabalho com a automação há mais de 20 anos. Afirma que a disseminação do que tem sido chamado de "uberização" do trabalho é uma onda produzida pelo neoliberalismo. "Quando você olha quem são esses trabalhadores, boa parte deles vêm de outro emprego, ou estão desempregados. Estão ali trabalhando nas plataformas para sobreviver, para complementar um salário que foi extremamente achado e que não dá conta de sustentar a família", conta, descrevendo uma situação que está no extremo oposto da imagem de independência e oportunidades propagandeada pelas empresas. "Na verdade, o processo é um desdobramento da onda de financeirização, de neoliberalismo e de reorganização do trabalho e da produção, que estão todas articuladas", diz.

Segundo Ricardo, é esse exército que alimenta a onda de empresas que vieram no rastro da Uber. "Empresas tão profundamente vinculadas a uma monumental expansão do setor de serviços, que se commoditizaram e se mercadorizaram", conta. Uma onda que segundo o professor, envolve todas as esferas do tra-

balho na área de serviços, transformada em “um laboratório espetacular” para a agroindústria. Os entregadores – de bicicleta ou moto – protagonizaram situações bizarras de desamparo e abandono, que fez cair por terra a imagem romântica promovida pelas campanhas publicitárias desses aplicativos, de um cotidiano de flexibilidade nos horários e aparente liberdade. Mesmo trabalhando muito mais, por valores cada vez menores, a maioria ainda se vê como empresários ou empreendedores individuais, e relacionam as dificuldades que enfrentam com a covid-19 ao invés de creditá-las à precariedade dos seus contratos.

EM CASA

Em meados de junho, o isolamento social tinha colocado 8,8 milhões de trabalhadores em home office, que es-



tão descobrindo, na real, quando e para quem isso é bom ou ruim e em que condições misturar trabalho com vida doméstica funciona bem, ou não funciona. O trabalho à distância ou mediado pela tecnologia de informação em tempo real tornou-se realidade necessária para a defesa da vida, o que provocou uma espécie de esquizofrenia no mercado: antes mobilizados contra o *home office*, trabalhadores de várias áreas, principalmente *call centers*, professores e funcionários de escritórios, passaram a exigir essa possibilidade de seus empregadores, mesmo quando isso implica em um aumento considerável nas horas trabalhadas, da necessidade de treinamento e do esforço na organização das atividades.

A satisfação com o trabalho a partir de casa, no entanto, cresce na mesma medida dos salários segundo estudo da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP, divulgado em junho. Na média geral, 70% dos trabalhadores da amostra preferem continuar trabalhando em casa quando a pandemia passar, contra 19% que preferem voltar para o escritório. Esse índice cai para 38% entre os que tem salário bruto de R\$ 1 mil. A amostra do estudo é composta por técnicos de nível superior e professores, com idade média de 40 anos, alta qualificação, com tempo médio de 8 anos na organização atual, ocupando posições de chefia e com salário médio de R\$ 9.414,00.

O perfil de quem está em trabalho remoto apresentado na Carta de Conjuntura 47 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) também é bem parecido: são maioria as mulheres (53,6%), pessoas brancas (63,7%) e com nível superior completo (72,8%). Há ainda uma grande discrepância entre as regiões do país: o Distrito Federal tem o maior índice: 25% das pessoas ocupadas estavam trabalhando em casa; em contraste com

Mato Grosso, onde eram apenas 4,5%. A grande maioria - 5,1 milhões, ou 59% dos ocupados remotos - mora no Sudeste; 3,1 milhões (36%) no Estado de São Paulo. O menor índice é o encontrado na região Norte, onde apenas 7,1% (326 mil) dos ocupados exerciam suas atividades de maneira remota.

Há vários estudos pontuais, feitos por consultorias ou empresas de TI (como as da Oi, ou da Fundação Dom Cabral-FDC/Grant Thornton), que indicam satisfação de mais da metade dos trabalhadores entrevistados e também dos que querem permanecer em home office no pós-pandemia. E o governo federal entrevistou 40 mil servidores em maio, para avaliar como tem sido a experiência do serviço público com o trabalho remoto. Os resultados mostram que 65% pensam em pedir permissão para continuarem em home office quando a pandemia passar, e que uma percentagem maior, 85%, gostariam de cumprir parte da jornada semanal em casa.

A pesquisa é da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia (SGP/ME) e foi feita em parceria com o Center for Ad-



Luci Praun



RODA DE CONVERSA com Ricardo Antunes, Rodrigo Carelli, jornalista João Fellet na mediação, Luci Praun e Carlos Juliano

Home office

A maior parte das pesquisas que investigam a aceitação de trabalho remoto ou o *home office* restringiram o público pesquisado para profissionais específicos, ou com perfil salarial determinado, em geral de níveis mais altos. A pesquisa do GETS-Remir é mais ampla, porque o único critério, foi estar em trabalho remoto no momento. A amostra que se formou, no entanto, tem 30,4% de servidores do INSS e 28,2%, professores. A terceira categoria em número de respostas é tecnologia da informação, que representa 4,7%.

As 906 respostas válidas vieram de outras sete categorias, com pequenas participações: técnicos judiciário, auxiliar administrativo, bancário, advogado, técnico administrativo em educação, analista judiciário e assistente social. Quando se faz o recorte por segmento, professores e servidores da previdência continuam em maioria, com quase 70% das respostas: 37,98% atuam no segmento de serviço educacional e 30,42%, no serviço previdenciário.

vanced Hindsight (CAH) da Duke University, em conjunto com a Harvard Business School e Kayma. Outra pesquisa, do Ipea em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que em junho, 24,7% dos servidores públicos estavam em teletrabalho, enquanto no setor privado, eram apenas 8%. Em julho, segundo a SGP/ME, já eram mais de 350 mil servidores em home office, 63% da força de trabalho do executivo federal.

Gleisson Cardoso Rubin, secretário especial adjunto da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital usou esses dados e a economia que o executivo federal registrou com o trabalho doméstico de seus servidores durante a pandemia como argumento para tornar o trabalho remoto, que era uma situação excepcional até então, em uma opção disponível. No dia 30 de julho ele anunciou a publicação da Instrução Normativa 65, que simplifica a adoção da modalidade pelos órgãos do executivo federal e cria um sistema de controle e de transparência. A IN 65 entrou em vigor em 1 de setembro.

Segundo o secretário, com o *home office* forçado, em quatro meses a administração federal economizou quase R\$ 364 milhões: R\$ 270 milhões com diárias e passagens entre abril e junho; R\$ 743,5 mil com o deslocamento terrestre por

meio do TáxiGov; e uma redução de R\$ 93 milhões nas folhas de março a maio de 2020, referente à suspensão dos pagamentos de adicional de insalubridade, de irradiação ionizante, periculosidade, serviço extraordinário, adicional noturno e auxílio transporte. Pelo mesmo motivo, o prefeito de São Paulo, Bruno Covas (PSDB), tornou o teletrabalho definitivo no serviço público da cidade por meio de decreto, publicado em 15 de setembro. Entre as justificativas apresentadas na coletiva que anunciou a medida, Covas citou “significativa redução de despesas de custeio” desde que o trabalho em casa começou e ponderou que “a experiência global aponta para o caminho irreversível de teletrabalho”.

UMA CONTA QUE NÃO FECHA

Carlos Juliano, o Caju, levanta outras contradições desse novo mercado. “É muito curioso, e boa parte das pessoas desconhece esse fato, mas essas empresas, pelo menos as maiores, em sua maioria operam no vermelho há um bom tempo. Esse é um assunto muito importante”, diz. Segundo Caju, as empresas de aplicativo em geral nascem dentro das startups, financiadas por fundos de investimento de risco que fazem aplicações bilionárias para subsidiar o serviço e manter a vantagem dos preços. “Não é à toa que a gente usa tanto esses apli-

tivos. O serviço é bom e tem promoção o tempo inteiro. É evidente que essa conta não fecha", diz. Ele conta casos de conhecidos seus que comem praticamente de graça uma vez por semana por conta dessas promoções e outra que conseguiu comprar um Iphone novo com o dinheiro que recebeu de volta comprando numa promoção mais agressiva, que devolve ao cliente parte do valor gasto.

Uma vantagem que, segundo o procurador Rodrigo Carelli, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é subsidiada pelo trabalhador, transformado em "parceiro" do aplicativo. "A gente está careca de saber que as roupas ficam baratas porque tem um trabalho muito barato por trás, extremamente barato", diz. Para o procurador, é importante entender como funciona, o que é uma plataforma. "A Uber em 2016 perdeu US\$ 17 bilhões de dólares. Nem sei quantas empresas no Brasil tem este capital. E perderam no sentido de torrar mesmo", diz. Torrar subsidiando as promoções, que também são bancadas pelo trabalhador. "Estou vendo aqui que se hoje eu pago R\$ 17,00 (por uma corrida), essa pessoa (o motorista) é que está subsidiando o meu transporte barato junto com a Uber. É um dinheiro que está indo da classe pobre para a classe média por meio do transporte barato, do iFood, da comida barata que chega em casa. Quem financia isso são também os trabalhadores, que estão recebendo muito menos do que deveriam legalmente em termos de direitos", explica.

O procurador diz que não pode prever o que vai virar tudo isso no futuro e que é preciso entender que a tecnologia, na verdade, não é o problema. "É um facilitador, um grande instrumento para algo que está fora disso, é muito mais amplo", diz. A percepção de sindicalistas como Gilberto, de que o Ministério Público não se envolve, vem na



Cineasta Carlos Juliano Barros

verdade da ineficiência das ações, que a pandemia também colocou à vista de todos. As decisões de ações que tentam obrigar os aplicativos a reconhecer vínculos de trabalho com os entregadores, por exemplo, têm sido mais favoráveis às empresas. Nesses seis meses de pandemia, os tribunais derrubaram sistematicamente todas as liminares obtidas pelo MPT obrigando que aplicativos como Rappi e Uber assumam a responsabilidade por medidas de proteção e amparo dos entregadores. E os grandes fantasmas que cercavam o *home office* estão se dissolvendo diante dos ganhos de tempo, convívio familiar e conforto emocional que os trabalhadores tem sentido com a experiência. "Estamos vivendo a história. Agente está vendo o que acontece, mas não consegue fazer futurologia", conclui Rodrigo. ■